



SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL 98/26

Realizada a pesquisa legislativa, a respeito do assunto foi localizado:

- Constituição Federal;
- Código Civil;
- Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;
- Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde – SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;
- Lei Federal nº 10.216, de 6 de abril de 2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.
- Lei Federal nº 14.819, de 16 de janeiro de 2024, que institui a Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares.
- Lei Federal nº 14.510 de 27 de dezembro de 2022, que autoriza e disciplina a prática da telessaúde em todo o território nacional
- Lei Federal nº 15.100, de 2025, que dispõe sobre a utilização de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais por estudantes em estabelecimentos de ensino, com o objetivo de promover a saúde mental, física e psíquica dos alunos.
- Lei Complementar Estadual nº 791, de 9 de março de 1995, que estabelece o Código de Saúde no Estado;
- Lei Estadual nº 12.730, de 11 de outubro de 2007, que proíbe o uso de telefone celular nos estabelecimentos de ensino do Estado durante o horário das aulas.
- Lei Estadual nº 16.567, de 06 de novembro de 2017, que altera a Lei nº 12.730/2007 para permitir o uso de celulares para fins pedagógicos, quando orientado por professores.
- Lei Estadual nº 18.058, de 05 de dezembro de 2024, que altera a Lei nº 12.730/2007 para proibir a utilização de celulares e outros dispositivos eletrônicos por alunos nas



escolas públicas e privadas, abrangendo todo o período escolar e visando melhorar o aprendizado e a convivência.

- Lei Municipal nº 11.123, de 22 de novembro de 1991, que dispõe sobre a política municipal de atendimento aos direitos da criança e do adolescente, assegurando o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social em condições de dignidade.

- Lei Municipal nº 11.545, de 07 de junho de 1994, que disciplina o uso de aparelhos de telefonia celular e congêneres no interior de cinemas, teatros, hospitais, velórios, casas de espetáculos e repartições públicas municipais.

- Portaria SMS.G nº 527, de 20 de agosto de 2004, que estabelece diretrizes para a atenção integral à saúde de adolescentes nos serviços municipais, considerando aspectos psicossociais e de saúde mental.

- Resolução SMS.G nº 01, de 15 de setembro de 2005, que institui o Fórum Municipal de Saúde Mental de Crianças e Adolescentes, com a finalidade de articular políticas públicas e ampliar a atenção à saúde mental infantojuvenil.

- Lei Municipal nº 14.413, de 31 de maio de 2007, que dispõe sobre os direitos dos usuários dos serviços e das ações de saúde no Município, e dá outras providências, alterada pela Lei Municipal nº 15.281, de 9 de setembro de 2010;

- Lei Municipal nº 14.974, de 11 de setembro de 2009, que altera e acresce dispositivos à Lei nº 11.545/1994, ampliando a disciplina do uso de aparelhos de telefonia celular em locais determinados.

- Lei Municipal nº 15.114, de 14 de janeiro de 2010, que dispõe sobre a criação do Observatório de proteção integral à infância e adolescência, e dá outras providências;

- Portaria SMS.G nº 1.308, de 2015, que estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) no Município de São Paulo, incluindo atendimento a transtornos de ansiedade, depressão e dificuldades cognitivas.

- Lei Municipal nº 16.683, de 13 de junho de 2017, que institui a Política Municipal de Prevenção ao Suicídio, incluindo ações voltadas à identificação e tratamento de transtornos mentais como depressão e ansiedade.

- Lei Municipal nº 17.237, de 14 de novembro de 2019, que cria o Programa Municipal de Prevenção ao Suicídio e de Promoção do Direito ao acesso à Saúde Mental entre Jovens e Adolescentes, e dá outras providências.

- Lei Municipal nº 17.502, de 03 de novembro de 2020, que institui o Programa de Acompanhamento Psicológico para Alunos da Rede Municipal de Ensino, com foco na identificação de dificuldades de aprendizagem, ansiedade, depressão e problemas de concentração.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- Lei Municipal nº 17.713, de 9 de novembro de 2021, que institui a Campanha Permanente de Conscientização da Depressão Infantil e na Adolescência no âmbito municipal, e dá outras providências.
- Lei Municipal nº 17.718, de 23 de novembro de 2021, que define a prática da telemedicina no Município de São Paulo, e dá outras providências.
- Lei Municipal nº 17.832, de 15 de julho de 2022, que institui a Política Municipal de Atenção à Saúde Mental, visando a promoção, prevenção e tratamento de transtornos como ansiedade e depressão no âmbito do Município de São Paulo.
- Lei Municipal nº 17.923, de 10 de abril de 2023, que institui a Política Municipal de Atenção Integral a Crianças e Adolescentes em Situação de Rua e na Rua, assegurando ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, inclusive mental.
- Portaria Secretaria Municipal da Saúde Nº 267/2023, que regulamenta as práticas de teleassistência no âmbito da Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo e revoga a Portaria SMS nº 340/2020.
- Decreto Municipal nº 63.439, de 23 de maio de 2024, que regulamenta a Lei nº 17.923/2023 e estabelece diretrizes de proteção integral, dignidade e atenção à saúde de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.
- Lei Municipal nº 18.304, de 24 de setembro de 2025, que estabelece a implementação de programas e ações voltados à promoção da saúde mental e do bem-estar digital de crianças, adolescentes e suas famílias nas escolas municipais.
- Instrução Normativa SME nº 5, de 03 de fevereiro de 2025, que dispõe sobre a restrição do uso de celulares e equipamentos eletrônicos nas unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino, prevendo ações de conscientização sobre prejuízos e distúrbios causados pelo uso excessivo
- PL 224/2026
Institui o Programa Municipal de Proteção Digital de Crianças e Adolescentes e dá outras providências.
- PL 1171/2025
Institui o Marco Municipal de Proteção de Crianças e Adolescentes em Ambientes Digitais no Município de São Paulo e dá outras providências.
- PL 1061/2025
Dispõe sobre a criação do Programa Municipal de Fiscalização e Prevenção aos Danos Causados por Casas de Apostas Online e estabelece medidas de restrição de acesso a menores de idade no âmbito do Município de São Paulo.
- PL 954/2025
Cria o Selo “Conteúdo Responsável com Participação Infantil” no âmbito do Município de São Paulo e dá outras providências.



- PL 953/2025

Dispõe sobre a obrigatoriedade de adoção de mecanismos de proteção à infância digital nas redes públicas de internet sob responsabilidade do Município de São Paulo.

- PL 941/2025

Dispõe sobre a prevenção e o combate à adultização e à exploração sexual digital de crianças e adolescentes no âmbito do Município de São Paulo e dá outras providências.

- PL 933/2025

Dispõe sobre a instituição da Política Municipal de Prevenção ao vício em jogos eletrônicos, videogames, plataformas digitais e redes sociais no âmbito das escolas públicas do município de São Paulo, com foco na promoção da saúde mental e inclusão digital consciente, e dá outras providências.

- PL 923/2025

Institui a Política Municipal de Prevenção e Combate à Exploração Sexual Infantil no Ambiente Digital, denominada "Observatório Municipal Digital Infantil", e dá outras providências.

- PL 916/2025

Dispõe sobre a prevenção e o combate à adultização infantil em conteúdos digitais e demais meios de comunicação no Município de São Paulo, veda a monetização desses conteúdos, estabelece mecanismos de proteção e dá outras providências.

- PL 915/2025

Dispõe sobre a proibição de produzir, promover ou veicular conteúdos que caracterize a sexualização ou adultização infantil e autoriza o Poder Executivo a criar campanhas de conscientização no âmbito do Município de São Paulo.

- PL 900/2025

Dispõe sobre a criação do aplicativo "Equilibra", voltado à promoção do uso consciente de dispositivos digitais, à prevenção de riscos associados à exposição excessiva às telas e ao incentivo à saúde mental e ao bem-estar digital da população, no âmbito do Município de São Paulo.

- PL 909/2025

Institui o Programa de Combate à Ciberpedofilia, e dá outras providências.

- PL 902/2025

Veda a divulgação ou a exibição de propagandas de casas ou aplicativos de apostas (bets) em equipamentos públicos municipais.

- PL 903/2025

Institui o Programa Municipal "Infância Plena", de Orientação, Conscientização e Combate à Adultização Infantil, no Município de São Paulo, e dá outras providências.

- PL 899/2025



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Institui o Programa “Tecnologia de Quebrada” no Município de São Paulo, voltado à formação de jovens em tecnologias sociais aplicadas à realidade urbana, com foco em inclusão, geração de renda e desenvolvimento local.

- PL 833/2025

Institui a Campanha Municipal de enfrentamento à Pedofilia, cyberbullying e ao Tráfico de Crianças e Adolescentes em ambientes digitais e dá outras providências.

- PL 588/2025

Estabelece especificações e diretrizes para o Programa Celular Alerta (PCA), que regula o comércio de aparelhos e peças usadas de telefones celulares.

- PL 579/2025

Dispõe sobre a proibição de propaganda de apostas (BETS) e de bebidas alcoólicas em equipamentos destinados à prática esportiva, cultural e lazer, por crianças e adolescentes, bem como, no entorno de estabelecimentos educacionais e em abrigos de pontos de ônibus, estações de embarque e desembarque e dá outras providências.

- PL 576/2025

Dispõe sobre a criação do Programa de Conscientização e Prevenção aos Riscos dos Jogos de Apostas Online nas Escolas.

- PL 568/2025

Dispõe sobre a criação da Plataforma Digital “SOS Criança”, canal público de atendimento, orientação e denúncia voltado à proteção de crianças e adolescentes no Município de São Paulo.

- PL 564/2025

Dispõe sobre a proibição de propaganda de apostas (BETS) e de bebidas alcoólicas em equipamentos destinados à prática esportiva, cultural e lazer, por crianças e adolescentes, bem como, no entorno de estabelecimentos educacionais e em abrigos de pontos de ônibus, estações de embarque e desembarque e dá outras providências.

- PL 487/2025

Institui o “Programa Olhos Atentos” destinado ao treinamento dos profissionais que compõem a equipe gestora da educação para identificação de sinais de violência, abuso moral, físico, sexual e exploração sexual de crianças e adolescentes, incluindo os casos em ambiente digital, no âmbito do município de São Paulo e dá outras providências.

- PL 452/2025

Altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir a “Semana de Conscientização por uma Internet Segura para Crianças e Adolescentes” no calendário de eventos do município de São Paulo e dá outras providências.

- PL 402/2025

Institui o sistema de alerta municipal de crianças e adolescentes desaparecidos, por meio de envio de mensagens aos usuários de telefones celulares, no âmbito do Município de São Paulo.



- PL 815/2024

Fica proibido, aos estudantes matriculados nas escolas públicas e privadas do município de São Paulo, durante o período escolar, o uso de celulares e demais dispositivos eletrônicos e dá outras providências.

- PL 695/2022

Autoriza o Poder Executivo a criar o “Programa de Saúde Mental para comunidade escolar nas unidades escolares públicas municipais de São Paulo”.

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente.

São Paulo, 15 de abril de 2026.

Cintia Talarico da Cruz
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 155.0680